



EDUCADORES PARA O SÉCULO XXI

UNESP

PROFESSORES PARA O SÉCULO XXI?

Sérgio Costa Ribeiro *

Vamos começar com uma provocação extremamente importante.

Estamos vivendo um momento em que o Presidente, eleito depois de trinta anos de ditadura, tenta implementar um país que, segundo suas próprias palavras, seria "o último país do Primeiro Mundo". Fala-se muito em economia, põe-se lá meia dúzia de economistas, alguns brilhantes, um deles pelo menos meu ex-aluno de Engenharia, e acham que vão resolver o problema do País e transferir o Brasil do Terceiro para o Primeiro Mundo, sem passar pelo Segundo, simplesmente, "com uma bala na agulha".

Obviamente, nós sabemos que isso não pode ser feito assim. Se compararmos esse plano de enxugamento de liquidez com coisas semelhantes ocorridas, no pós-guerra, em países como o Japão e a Alemanha, vemos que ninguém menciona as condições que esses países tinham em relação à competência e à educação de suas populações, comparadas com a situação nacional. No Japão, a educação fundamental está universalizada há mais de 150 anos; na Europa, ou pelos menos na Alemanha, o mesmo se verifica há mais de 100 anos.

Por outro lado, a competência técnica permitiu que esses países se recuperassem com um investimento bastante baixo, se comparado com os investimentos feitos até hoje no Brasil nas últimas décadas.

O Plano Marshall desenvolvido para a recuperação da Europa no pós-guerra, em moeda de hoje, gastou 30 bilhões de dólares, ao passo que nós já gastamos 120 bilhões. Mas a Alemanha e outros países europeus estão, hoje, entre os mais ricos do mundo; e nós... nós não fizemos quase nada. É

* Laboratório Nacional de Computação Científica — LNCC/CNPq — Rio de Janeiro.

eu não fiz

que existe uma diferença fundamental entre nós e eles: a educação e a competência da população.

Do fim da guerra para cá, muita coisa mudou. Em particular, mudaram a tecnologia e o mundo; as relações entre Trabalho e Capital também mudaram ou estão se modificando de forma avassaladora. Não nos interessa mais o modelo econômico que vivemos desde o século XVI: uma pequena elite acultural; uma população de escravos ou semi-escravos analfabetos; abundância de matéria-prima e uma mão-de-obra barata, mas não-qualificada. Esse modelo permitiu ao Brasil sobreviver até hoje, mas acabou! Não funciona mais! Hoje, o avanço da tecnologia exige que tenhamos não só uma competência dos produtores de bens, mas também uma competência dos consumidores. Não se pode mais admitir, no mundo, uma situação em que o consumidor não possua os códigos cognitivos necessários à utilização dos bens produzidos pela tecnologia moderna.

Essa é uma análise muito pragmática, para dizer-se que não adianta mais termos um modelo educacional como o nosso, porque precisamos da competência de toda a população. É o que ocorre no Japão; é o que ocorre na Alemanha; é o que ocorre em outros países que saíram do Terceiro Mundo e estão adentrando o Primeiro Mundo, como, por exemplo, a Coreia do Sul que, na década de 50, se encontrava numa situação educacional muito parecida com a do Brasil, e hoje tem 90% de sua população extremamente competente, com a educação fundamental universalizada, apesar de o seu regime político ser o de uma ditadura militar.

Observamos ainda que o que se vê, hoje, na Europa de Leste, não é uma abertura democrática por amor aos povos, mas uma necessidade imperiosa de *competir*, devido à inexorável internacionalização da tecnologia e do capital. E é só isso, mais nada.

Vamos analisar agora alguns dados de uma pesquisa¹, que não é tão recente, mas que está demorando muito para ser devidamente percebida: começou em 1947 com M. A. Teixeira de Freitas, fundador e então Diretor do Serviço de Estatísticas do Ministério da Educação que primeiro detectou erros na conceituação de alunos novos nas séries do ensino básico no Brasil, tendo provocado um debate muito grande com Lourenço Filho, então Diretor Geral do INEP/MEC. A polêmica terminou com a vitória política de Lourenço Filho, que defendia a metodologia de cálculo das taxas de evasão e repetência que ainda hoje se aplica. Teixeira de Freitas, simplesmente, perdeu o emprego. E o erro cometido pelo grande educador brasileiro, que foi Lourenço Filho, lamentavelmente perpetuou-se até hoje.

Todas as pesquisas realizadas por educadores sobre a situação da educação básica reproduzem o erro das estatísticas educacionais oficiais. Mesmo nossa brilhante pesquisadora Professora Guiomar Namó de Mello,

1. P. R. Fletcher, S. Costa Ribeiro "Modeling Education System Performance with Demographic Data. An Introduction to the PROFUXO Model", 1989 (mimeo).

aqui presente nesta mesa, escreveu em vários de seus livros que, das crianças que entram na primeira série do primeiro grau, a metade não chega à segunda. Trata-se de uma observação que transpirou de dados fornecidos pelo Ministério da Educação² durante, pelo menos, cinco décadas e que foi realmente questionada de forma um pouco mais séria, um pouco mais científica. O que nós fizemos foi trabalhar, não com os dados de base escolar, mas com os dados de Censos e PNADs do IBGE³, usando um modelo matemático muito simples.

O que nossa pesquisa mostra é que, praticamente, não existe evasão entre a primeira e a segunda séries: a evasão é de apenas 2% na matrícula. O que se pode observar, ao contrário, é que existe uma fantástica repetência em todo o sistema de ensino de primeiro e segundo graus no País, e que essa repetência faz com que, analisados os dados-macro, a nível de Brasil e a nível de suas regiões, possamos perceber onde acontece a evasão escolar de maneira mais significativa.

No Brasil, as evasões ocorrem por implemento de idade das crianças que, em média, entram na escola com menos de 7 anos e nela permanecem mais de 8,5 anos, só conseguindo, nesse tempo todo, completar as 5 primeiras séries (em média), devido a uma fantástica repetência acumulada e ao implemento de idade que a permanência na escola provoca. O escolar brasileiro chega aos 18 anos e ainda está no primeiro grau. Então, abandona a escola.

O problema não está, pois, como muita gente pensou durante todas essas décadas, na condição socioeconômica do País, que forçaria os alunos a saírem da escola para trabalhar; a grande evasão alegada não existe, nunca existiu; só existe nos dados do MEC. Por quê? A gente até sabe o porquê, mas não vale a pena adentrar esse campo.

Na realidade, então, o que nós temos é um problema de competência: a escola brasileira não tem competência para fazer com que a criança aprenda o que ela se propõe a lhe ensinar; através de uma pedagogia, que eu chamo de pedagogia da repetência, produz o quadro educacional que vamos tentar ilustrar e comentar.

Todos já devem ter visto as famosas pirâmides educacionais do Ministério da Educação. Essas pirâmides foram construídas, inicialmente, por Lourenço Filho⁴, tomando simplesmente a matrícula total da primeira série num ano determinado, depois a matrícula na segunda série do ano seguinte a matrícula na terceira série do ano seguinte, e assim por diante, pensando

2. G. Miguel Baquero. Ensino Regular de 1º Grau. Evolução das 4 Primeiras séries. Brasil 1984-87. Série Estudos Estatísticos, MEC, 1990.

3. P. R. Fletcher ; S. Costa Ribeiro. Projeto Fluxo dos Alunos de Primeiro Grau — PROFLUXO. Versão Preliminar, 1988 (mimeo).

4. M. Goldenberg. Ensino de Primeiro Grau. Taxa de Promoção no Processo. Série Estudos Estatísticos. MEC, 1990.

que isso mostraria o avanço ou o fluxo dos alunos de uma coorte de idade. Acontece que quando, recentemente, nós fomos examinar a base da matrícula na primeira série, verificamos existir aí o equivalente a duas gerações de pessoas. Uma "geração", aqui, é definida como o número de uma distribuição de idade equivalente ao número de pessoas que nascem por ano; no Brasil, aproximadamente, é de ordem de 3 milhões de crianças, no início da década de 1980. Claro que aos 7 anos, a mortalidade infantil já consumiu uma parte, mas a ordem de grandeza continua de 3 milhões. Quando chegam à primeira série, verificamos que a matrícula é de 6 milhões de crianças! Quer dizer que, se formos acreditar nos dados do Serviço de Estatística de Educação e Cultura, do Ministério da Educação, segundo os quais há 25% de repetentes na matrícula desta série, vemos que os alunos novos são da ordem de 4,5 milhões, logo existe aí uma impossibilidade demográfica, uma vez que não podemos alimentar um sistema estável com 4,5 milhões de crianças novas por ano se só estão nascendo 3 milhões ao ano. Há, pois, um erro grosseiro nesse cálculo! O número de alunos novos não pode ser 50% maior do que as possibilidades biológicas das mulheres brasileiras.

Não entraremos aqui nos detalhes técnicos de nossos cálculos; no entanto, essa análise nos permite separar, com muita facilidade, dentro da matrícula de cada série, aqueles que são alunos novos e aqueles que são repetentes. E aí encontramos os números corretos. Quer dizer, os novos representam 95% de uma geração, isto é, 95% daqueles 3 milhões que poderiam entrar na escola por ano. Isso mostra-nos que o acesso ao primeiro grau, no Brasil, está praticamente universalizado. Dos 5% que não entram, 1% ou 2% são excepcionais, e o resto está localizado no Nordeste rural (renda familiar *per capita* menor que um salário mínimo) e em algumas periferias rurais do Centro-Oeste e, até, do Sudeste. Não existe falta de acesso à escola, quer dizer, a escola pode ser ruim, pode ter cinquenta turnos por dia, mas a criança chega à escola, coisa que as pessoas não estavam dizendo até hoje.

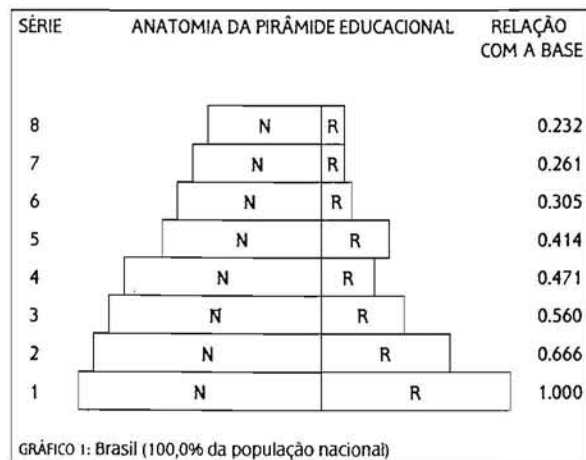
A idéia de que soltando escolas de pára-quedas, vamos encontrar criança lá embaixo para freqüentá-las, não é mais verdade hoje. Hoje temos uma fantástica retenção de alunos nas primeiras séries. A evasão entre a primeira e a segunda séries é simplesmente muito pequena.

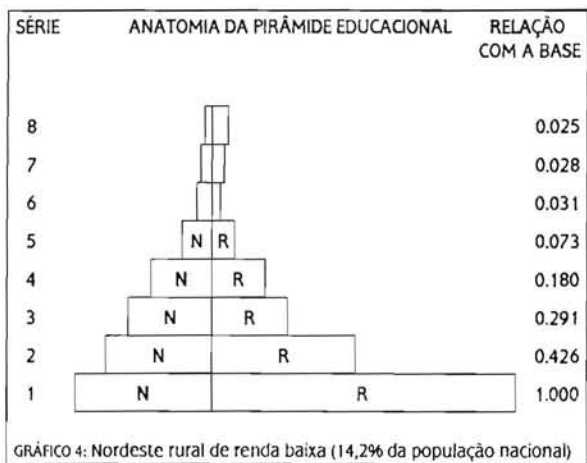
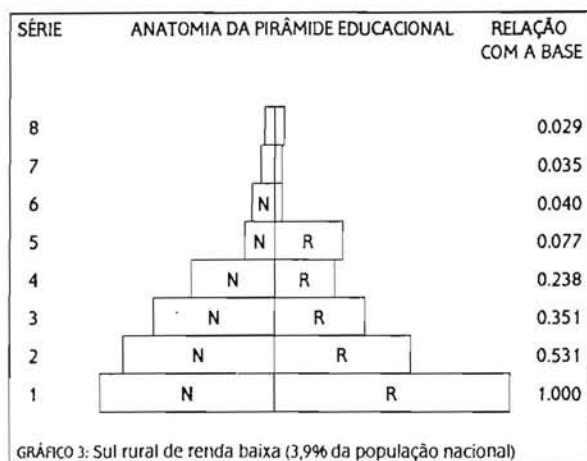
O Gráfico 1 representa, para o Brasil como um todo, a proporção de alunos novos (N) e repetentes (R) na matrícula de cada série, em proporções de uma geração.

Essa pirâmide não tem nada a ver com a pirâmide descrita pelo MEC. Ela representa apenas, para um determinado ano, a proporção da matrícula em cada série, separando os alunos novos e repetentes nas séries. A repetência é muito alta na primeira série, cai nas séries seguintes, e volta a subir na 5ª série. A evasão, que é pequena nas primeiras séries, só aumenta entre a 4ª

e a 5ª séries. Como a maioria das escolas são de 1ª a 4ª séries, as crianças precisam mudar de estabelecimento quando promovidas para a 5ª série. Mas mesmo que fiquem na escola onde estavam, toda a pedagogia, toda a prática passa a ser outra, a começar pelo fato de, agora, serem vários os professores, quando antes tinham um só, o que provoca uma enorme confusão. Resultado: muitas crianças evadem ou repetem, porque se sentem velhas demais ou porque acham que quatro anos de escola (o antigo Primário) já é o suficiente. Fora esse contingente, o pessoal continua. E continua também o problema sério da repetência. Tão sério que, mesmo no Sudeste urbano, de renda alta (27% da população com renda média *per capita* superior a dois salários mínimos), o índice de repetência é enorme em todas as séries, o que não é compatível com qualquer moderno sistema de educação e com qualquer pretensão atual de se instrumentalizar a população brasileira para o mundo moderno (ver Gráfico 2). Se considerarmos, então, as regiões pobres, aí as pirâmides assumem feições catastróficas. No Sudeste rural e no Sul de renda baixa (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), onde a renda familiar média *per capita* é inferior a um salário mínimo, o número de alunos repetentes na primeira série chega a ser o dobro do número de alunos novos. Aí, há um pouco de evasão entre a 1ª e a 2ª séries. (Gráfico 3).

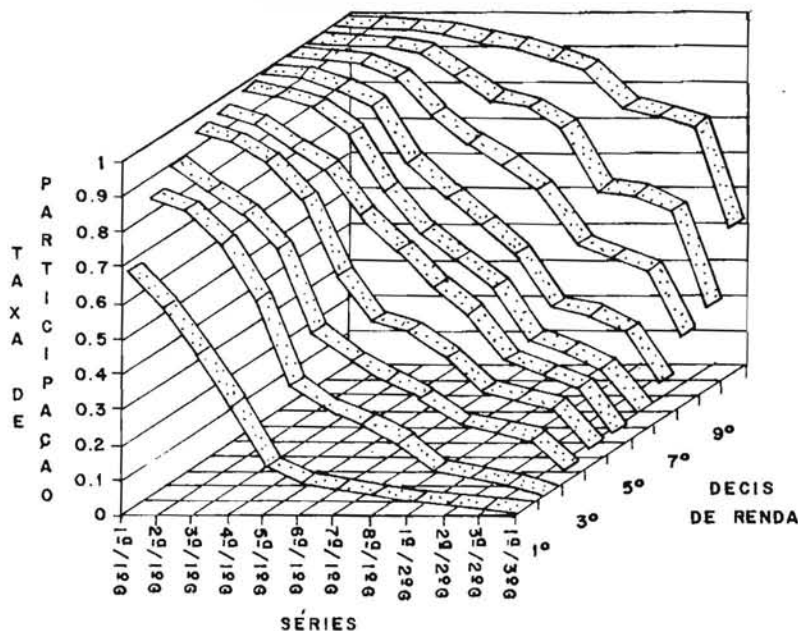
Já no Nordeste, com as mesmas condições de renda, verificamos que a situação é muito semelhante: aumenta um pouco a repetência, mas, na realidade, é a mesma coisa (Gráfico 4). Quer dizer, então, que existem diferenças regionais, mas o padrão de vida (o fator socioeconômico) é mais importante que essas diferenças.





Gráficos 1-4: Anatomia da pirâmide educacional, para o Brasil e alguns grupos de população.
N = Novos, R = Repetentes

Algo deve ser dito ainda sobre a dependência das taxas de participação⁵ em função da renda familiar *per capita* da população brasileira.⁶ Para isto, ordenamos os alunos em função de sua renda e calculamos as taxas de participação em cada decil de renda e por série. Esses dados estão representados no Gráfico tridimensional 5.



Fonte: Model PROFLEXO aplicado à PNAD de 1985.⁷

Vemos que, para os 10% mais pobres da população brasileira, mesmo a primeira série só é acessível para 70% deles: a escola só tem praticamente quatro séries e a evasão é grande entre essas séries. Por outro lado, observando a distribuição de matrículas, verificamos que estão concentradas na primeira série, onde a repetência é da ordem de 80%. Aqui é, definitivamente, o Nordeste rural miserável.

A participação na 5ª série e seguintes (antigo Ginásio) só começa a ser importante (40% de uma geração a partir do 6º decil de renda, isto é, para os 40% mais "ricos" da população brasileira. É bom ter em mente que, na perversa distribuição de renda do Brasil, o 5º decil representa uma renda familiar *per capita* da ordem de 1,5 salários mínimos. O mais impressionante é constatar que nem mesmo os 10% mais "ricos" atingem a universidade.

5. Taxa de participação de acesso de uma geração, em uma série, é a proporção dessa geração que eventualmente tem acesso, em algum momento, àquela série.
6. A renda familiar *per capita* é obtida através de uma escala de bens domiciliares, onde a renda monetária corresponde a cerca de 30% da variância da escala.
7. Resultados parciais do Projeto: Análise de Sistemas de Ensino. Uma abordagem demográfica. Convênio: Fundação Ford/USP-NUPES/LNCC nº 905-0334, 1991.

Apenas 85% deles conseguem completar o Primeiro Grau, enquanto 70% completam o Segundo Grau.

No "vestibular", que é a passagem da 11ª para a 12ª série, vemos que há uma seleção menor: a grande seleção já foi toda feita durante o curso fundamental.

Não há como inserir o Brasil no Primeiro Mundo com um sistema educacional como esse.

Professores para o século XXI? Não, precisamos de professores para o século XIX!